

## ► FERRAMENTA

Aplicativos e redes sociais são canais usados por população para solicitar apoio ou providências dos parlamentares para pedidos locais

# Vereadores se desdobram para dar conta de demandas virtuais

LUCIANA MÜLLER  
lmuller@j.com.br

A internet trouxe o mundo para a tela do computador. Agora, na palma da mão, com os smartphones de acesso à grande rede. Nesse contexto, os vereadores também são embalados na velocidade da comunicação das redes sociais e aplicativos. Esses canais são a porta de entrada para a população encaminhar solicitações de demandas e é por meio dessas ferramentas que aguarda o retorno, também em velocidade de um clique. Para dar conta da demanda, os vereadores de Jundiá estão se organizando e administrando os pedidos recebidos.

O vereador e líder do PSDB, Faouaz Taha, utiliza as redes sociais diariamente. Muitas demandas chegam ao gabinete do parlamentar via Facebook, Twitter ou Instagram. O WhatsApp também é um canal utilizado. Segundo nota encaminhada pela assessoria de comunicação do parlamentar, as demandas são recebidas pelo próprio vereador e também pela equipe de gabinete. As demandas são avaliadas e, a partir da análise, encaminhadas à prefeitura ou aos órgãos competentes. "O modo



dinâmico das redes sociais permite um contato mais direto com o município. Seja para dar um retorno positivo ou negativo, utilizamos estas ferramentas para sempre responder ao cidadão com agilidade. De modo geral, orientamos quais pedidos podemos atender e quais caminhos existem para casos que não competem ao vereador", diz

Faouaz. Ele também é adepto dos vídeos, como as 'lives' semanais realizadas antes das sessões.

Paulo Sérgio Martins (PPS) é outro usuário 'pesado' das redes sociais. A média de recebimento de pedidos, reivindicações ou solicitações via Facebook e e-mail é de 56 por semana. "Para me organizar faço esquema de

ordem de serviço, numeradas. Dessa forma tenho o controle das demandas, que, a cada aplicativo ou rede social, aumenta em volume para o vereador. Mas isso é positivo, porque é um canal de comunicação direta com a população", aponta.

O presidente da Câmara, Gustavo Martinelli (PSDB), é recordista de solicitações via

internet. Por semana chegam em sua caixa de mensagem, Facebook (tem dois perfis) e WhatsApp aproximadamente 260 pedidos. "Eu e minha equipe estamos coletando os pedidos via Face, e-mail e buscamos orientar da melhor forma, sempre dando retorno, mesmo que positivo ou negativo. Encaminhamos as solicitações através de ofícios, indicações e ligações, cobrando providências e reuniões com os gestores. Alguns assuntos são coletivos e outros individuais", explica. O aumento da demanda, segundo o presidente da Câmara de Jundiá, tem relação com a sua votação, já que foi o vereador mais votado da cidade, com 7.217 votos.

Marcelo Galstoldi (PTB) teve de aprender a usar os mecanismos de comunicação via internet. "É realmente um facilitador. As demandas chegam em tempo real. As pessoas fazem foto e encaminham a solicitação. Essas alternativas ajudaram a aumentar a demanda, que precisa ser absorvida pelo vereador e encaminhada. Esse movimento começou com o e-mail e agora já chegamos ao WhatsApp", conta.

#### Estreantes

O vereador do PSD, Ed-

carlos Vieira, é adepto do Facebook e do WhatsApp. "Construí diálogo com a comunidade ao longo de quatro anos. Essa comunicação é aprimorada, agora, com o trabalho na Câmara. São ferramentas que facilitam o diálogo com a comunidade, mas é preciso priorizar o uso. Não adianta ter várias e não conseguir dar conta de todas", aponta.

Douglas do Nascimento Medeiros (PP) foi protagonista, logo nas primeiras semanas de gestão, de imbrólio criado por conta de postagens no Facebook. O vereador, na época, comentou sobre trecho da reforma administrativa que informava a palavra 'gênero' em cargo de assessor para políticas de diversidade sexual. A postagem rendeu manifestações tanto contrárias quanto de apoio no plenário da Casa. Ele, em seu uso de redes sociais, afirma ter recebido apenas 12 solicitações de serviços via internet, mas somente quatro tiveram continuidade. "Temos o cuidado de verificar se a pessoa encaminhou a solicitação só para mim ou para outros vereadores. Caso tenha sido uma demanda pública, não podemos interferir no trabalho de outros legisladores. É importante essa triagem", analisa.

## ► PELOS DEPUTADOS

## PEC da Previdência ainda é questionada

Mesmo com a disposição do governo para flexibilizar pontos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, que trata da reforma da Previdência, o tema continua sensível, inclusive para partidos da base aliada do presidente Michel Temer. Os principais questionamentos são a idade mínima unificada de 65 anos (para homens e mulheres) e os 49 anos de contribuição para ter acesso ao benefício integral.

O relator da reforma da Previdência na Câmara, Arthur Oliveira Maia (PPS-BA) fará no próximo dia 18 a leitura de seu relatório na comissão especial de análise da PEC 287. Espera-se que o texto modifique cinco pontos polêmicos da reforma, conforme autorizado por Temer na última semana. São eles: regra de transição para quem está na ativa, aposentadoria do trabalhador rural, aposentadoria especial para professores e policiais, pensão por morte e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a deficientes físicos e idosos sem condições de sustento. Os temas são citados recorrentemente nas 130 emendas apresentadas por parlamentares ao texto.

Mesmo com as mudanças, o governo ainda tem discordâncias a contornar. O deputado Paulo Pereira da Silva (Solidariedade-SP), cujo partido integra a base de Temer, acredita que as alterações ainda não são suficientes para garantir a aprovação da reforma. "O governo recuou em pontos que não considero que

resolveram o problema. Acho que o principal problema da reforma é a idade mínima e a transição. Hoje não existe idade mínima. Então, se você sai de zero para 65 anos, não tem nenhuma possibilidade de ter acordo. É muita coisa", afirma o deputado, que preside a central Força Sindical, contrária à reforma.

Paulo Pereira da Silva é autor de uma emenda à reforma que reduz a idade mínima única de 65 anos a 58 anos para mulheres e 60 anos para homens. Outra alteração é que, pela emenda, o cálculo do valor da aposentadoria começaria com 60% da média das contribuições e não com os 50% previstos na proposta do governo. Assim, com o acréscimo de 1 ponto percentual por ano trabalhado, o tempo para acesso ao benefício integral cai de 49 para 40 anos. A emenda muda ainda a regra de transição.

O Palácio do Planalto, entretanto, está otimista com a aprovação do relatório do deputado Arthur Maia na comissão especial da reforma da Previdência. Na avaliação do governo, a flexibilização de cinco pontos da proposta ajudou a conseguir mais votos favoráveis. Neste domingo, o presidente Michel Temer vai reunir líderes da base aliada na Câmara, o relator da reforma da Previdência, Arthur Maia, o presidente da comissão criada para debater o tema, Carlos Marun (PMDB-MS), e o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em um jantar para tratar do tema. (Agência Brasil)

## ► STF/LAVA JATO

## Políticos da 'ala branda' da lista de Fachin esperam escapar de punição

Apesar do desgaste provocado por integrar a lista de delatados da Odebrecht, uma ala dos políticos investigados manifesta nos bastidores alívio e convicção de que não será punida.

Entre os 98 alvos de inquéritos abertos pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Edson Fachin há 31 contra os quais há apenas a suspeita de terem recebido recursos da empreiteira por meio de caixa 2, que é a movimentação de dinheiro de campanha não declarado para a Justiça Eleitoral.

Nesses casos, a PGR (Procuradoria-Geral da República) não viu indícios de contrapartida dos políticos aos recursos recebidos, o que levaria à acusação de corrupção ou lavagem de dinheiro, que são crimes do Código Penal com penas mais elevadas.

Quando não há indício de malversação de dinheiro pú-

blico, os casos de caixa dois são enquadrados criminalmente em um artigo do Código Eleitoral, o 350, de falsidade ideológica, em que não há jurisprudência pacífica no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para condenação.

Políticos têm se beneficiado dessas brechas para escapar de punição criminal e eleitoral.

A lei diz que a pena poderia ser de até cinco anos de prisão, mas, segundo o tribunal, até hoje não houve condenação neste sentido.

Para o juiz Sérgio Moro, que comanda a Operação Lava Jato em Curitiba, o caixa dois para campanha é uma "trapaça, um atentado à democracia" e deveria ter a tipificação revista.

Já o presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes, considera normal que políticos peçam recursos a empresas e acredita

que são elas quem fazem a "opção" por doar para campanhas por meio de caixa dois. O ministro acredita que caixa dois só configura corrupção quando a doação for feita com intuito de receber algo em troca do receptor.

Dos 31 da "ala branda" da lista de Fachin, 25 são parlamentares de partidos médios e grandes - deputados e senadores do PMDB, PT, PSDB, DEM, PP, PSB, PRB, PPS, PSD e PCdoB.

#### Anistia

Congressistas tentaram nos últimos meses aprovar uma tipificação específica do caixa 2 eleitoral, com penas mais duras, mas com o objetivo de anistia - usando a regra constitucional de que a lei penal não pode retroagir para prejudicar o réu.

A criminalização ao caixa dois seria um dos tópicos da reforma política em discussão

na Câmara, mas acabou saindo do texto devido à pressão de deputados. Ela também está no pacote anticorrupção do Ministério Público, atualmente em tramitação no Senado.

Relator do pacote na Câmara, Onyx Lorenzoni (DEM-RS) é um dos 31 políticos cuja suspeita é de caixa dois - recebimento de R\$ 165 mil nas eleições de 2006. A Procuradoria não aponta nenhuma contrapartida que o deputado teria feito pela suposta doação por fora.

Ele nega ter recebido a quantia e diz que a aprovação da criminalização específica representará um "freio" na prática. "Se tivesse recebido caixa dois não teria brigado com toda a Câmara na tentativa de criminalizar a prática. Queriam que tivesse emenda de tudo quanto é jeito, redação dúbia para abrir brecha. Não aceitei", diz o deputado. (Folhapress)

## ► SEGUNDO RELATOR

## 'Temer deu a bênção para propina'

Mais um ex-executivo da Odebrecht afirmou em depoimento à Procuradoria-Geral da República (PGR) que o presidente Michel Temer foi o responsável por cancelar, em 2010, acerto para que a empreiteira destinasse US\$ 40 milhões de propina a integrantes do PMDB.

Rogério Santos de Araújo, responsável pelo lobby da Ode-

brecht na Petrobras, afirmou que Temer, em reunião em 15 de julho de 2010, 'assentiu' e deu a 'bênção' aos termos do acordo previamente tratados por executivos da empreiteira com o então deputado Eduardo Cunha (PMDB) e o lobista do PMDB João Augusto Henriques.

Antes dele, Márcio Faria, ex-presidente da Odebrecht Engenharia, também havia mencio-

nado a reunião. De acordo com Araújo, como se tratava de uma propina de valor elevado, a Odebrecht cobrou a aquiescência de peemedebistas de mais expressão do que Cunha. "Essa reunião [com Temer, na época candidato a vice na chapa de Dilma Rousseff] foi marcada a seu pedido, pelo João Augusto, com os líderes do PMDB para dar

prosseguimento nas tratativas para confirmar os 5%, foi isso?", questionou um dos procuradores que tomaram o depoimento de Rogério Santos.

A resposta do ex-executivo da Odebrecht foi afirmativa: "Isso, era um valor muito alto, né? E [era preciso cobrar] o engajamento do PMDB em toda a sua cadeia, acima do Eduardo Cunha". (Folhapress)